

Assembleia convoca categoria às ruas



A necessidade de ocupar as ruas com mobilizações e a construção de uma greve geral foi consenso entre os técnico-administrativos da Uerj na assembleia desta segunda-feira (17/10). Os trabalhadores classificaram o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241 o maior retrocesso já visto na história do país. O texto prevê uma limitação de investimentos públicos em áreas sociais como Saúde, Educação, Cultura e Transportes por 20 anos. A medida, no entanto, vai na contramão do aumento sancionado de 41,5% para servidores do Poder Judiciário em julho deste ano. O PEC 241 foi aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados no último dia 10 por 366

votos a favor e 111 contra. Ele ainda precisa ser aprovado em segundo turno de votação por 308 votos (1/3 do total de deputados), previsto para os dias 24 ou 25, para ser enviado para apreciação no Senado.

Atrasadão

O coordenador geral do Sintuperj Antônio Virgínio, afirmou que 303 servidores ainda não foram receber os valores disponíveis.

Enfermagem

Sobre os boatos de uma exigência de curso técnico para que os servidores da área de Enfermagem pudessem receber enquanto ativo e ao se aposentarem como técnico de Enfermagem, o coordenador geral do Sintuperj Jorge Luís Mattos (Gaúcho) fez um histórico para esclarecer a

situação: “Em 1986, o auxiliar de Enfermagem já era nível médio/técnico, Lei 7498, artigo 13. O auxiliar de Enfermagem já era considerado médio/técnico por conviver num meio acadêmico e por ser supervisionado por um enfermeiro - um técnico de nível superior -, conviver com médicos, com biólogos. O salário-base do auxiliar de Enfermagem, que era o maior quantitativo da universidade naquela época era R\$ 1.256,00. E o concurso proposto era para técnico de Enfermagem com salário de R\$ 1.888,00. Na época esse concurso foi suspenso com 180 irregularidades e a gente se debruçou no plano de cargos. O reitor na época, Nival Nunes, usou a Enfermagem como alavanca do primeiro plano de cargos da Uerj. O que se fez em 2006 na Lei 4796? Colocou-se o auxiliar de Enfermagem e o técnico de Enfermagem, que não tinha havido curso para tal, no mesmo nível: era o nível 31. Acontece que a SRH desta Casa colocou assim “TUN/Técnico de Enfermagem” ao invés de colocar “TUN/auxiliar de Enfermagem” ou “TUN/Enfermagem”. Eu falei na época com o superintendente

de Recursos Humanos, “Isso vai dar problema. Técnico de enfermagem é profissão”. Passei para dois ou três superintendentes, dois reitores. Preveni que isso daria problema. Não resolveram. No vácuo de 2006 a 2014, algumas aposentadorias caíram no Tribunal de Contas, que olha diz ‘Ué! O Gaúcho trabalhou 40 anos como auxiliar de Enfermagem, como é que aposentou como técnico de Enfermagem?’. Mas eu não aposentei como técnico de Enfermagem. Eu continuei na ativa como auxiliar de enfermagem nível médio. Explicamos isso ao Tribunal de Contas. Não existe na Lei 4796/2006 nenhuma exigência de curso técnico, não existe na 6701/2014. O que existe é a exigência de nível médio. Nesses casos, desse vácuo de 2006 a 2014, defendidos pelo Sintuperj não perdemos nenhuma ação. Dr. Eduardo está lá defendendo esses casos e não houve nenhum problema até agora”.

Dishupe

A coordenadora de Saúde e Segurança do Trabalhador, Simone Damasceno, afirmou que o diretor do Hupe, Edmar Santos, confirmou o hospital foi acionado devido à sobrecarga no atendimento do Plantão Geral e que, por conta disso, toda a equipe deste setor está adoecendo. Isso foi um fator determinante

para que fosse ocupado o espaço então utilizado pela Dishupe, considerado pelo diretor um espaço estratégico por ser ao lado da internação, possibilitando realizar serviços de acolhimento e uma triagem. Simone também afirmou que o diretor revelou que foi cedido um espaço na UPA da Tijuca um espaço para a Uerj, onde estará uma equipe multidisciplinar que atenderá o usuário do Hupe. E que o hospital está perdendo em questão de desenvolvimento, em relação ao tratamento de paciente crítico e imunológico e que o PG está virando uma emergência de porta aberta, e que o hospital não está tendo o menor controle de quem entra e sai. E que o serviço que era para atender o usuário do serviço do hospital está atendendo toda a população. Por fim, a coordenadora disse que cabe ao sindicato cobrar a melhoria do atendimento ao servidor. Nesse sentido, ela apontou a realização de atendimentos externos pelo Dessau de após o receber a estrutura da Dishupe, como vacinação nas unidades externas da Uerj e a previsão de retorno dos exames periódicos de saúde.

Catraca e falta de insumos

Os servidores repudiaram a instalação de catracas no Hupe, impedindo o livre trânsito dos servidores da Uerj, obrigados a fazer crachás temporários. Servidores aposentados

denunciaram que a direção do hospital teria proibido o seu acesso, e pediram auxílio do Sintuperj para agendar reunião com o diretor do hospital.

Diante do cenário de falta de insumos básicos, os servidores questionaram a origem das verbas para a instalação das catracas.

Redução de Carga horária

Coordenador de Formação e Comunicação Sindical, Carlos Alberto Silveira convocou os técnicos que têm direito à diminuição de carga horária semanal sem redução dos salários, como prevê o 2 do artigo 7º da Lei 7426/2016, a procurarem seus conselhos de classe, bem como o Sintuperj, para uma “ação política” visando o andamento da implementação deste direito. Carlos deu como exemplo os médicos que, de acordo com leis específicas do segmento, têm direito à carga horária semanal de 20h. No último dia 11, o Sintuperj protocolou ofício na direção do Hupe, na SRH e na Reitoria solicitando a redução da carga horária dos médicos após mobilização do segmento. A direção do Hupe afirmou que não colocará empecilhos para o cumprimento da lei. Por sua vez, a SRH aguarda que a Seplag atualize o sistema para proceder às mudanças nas cargas horárias. Enquanto na Reitoria, foi agendada reunião com a reitora em exercício, Georgina Muniz, para 18/10.